

**AgInt nos EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.224.159 - SP
(2010/0219589-2)**

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA**
ADVOGADOS : **FLÁVIO LUIZ YARSHELL E OUTRO(S) - SP088098**
 GUSTAVO PACÍFICO - SP184101
AGRAVADO : **CEISON YAMADA**
AGRAVADO : **HERCILIO SERAFIM**
ADVOGADOS : **JOSÉ XAVIER MARQUES - SP053722**
 FRANCISCO DJALMA MAIA JÚNIOR - SP197377
AGRAVADO : **CALIL BASSIT NETO**
ADVOGADOS : **SÉRGIO DE GODOY BUENO E OUTRO(S) - SP018580**
 FRANCISCO DE GODOY BUENO - SP257895

DECISÃO

Trata-se de **agravo interno** (fls. 7.237-7.251 e fls. 7.357-7.362) interposto por **RÁDIO TRANSAMÉRICA DE SÃO PAULO LTDA** contra decisão (fls. 7.193-7.201) de relatoria do eminente **Ministro Lázaro Guimarães**, que deu provimento ao recurso especial de **CALLIL BASSIT NETO**, ora agravado, reconhecendo a ofensa ao art. 134, § 3º, da Lei n. 6.404/76, assentando que "(...) *sem a prévia anulação da assembléia que aprovou as contas prestadas pelo administrador CALIL BASSIT NETO, inviável a presente ação* (...)" (fls. 7.201). Nessa senda, a decisão ora agravada extinguiu a ação ordinária proposta pela ora Agravante em desfavor dos ora Agravados.

Em decisão às fls. 7.281-7.283, os embargos de declaração opostos por **CEISON YAMADA E HERCÍLIO SERAFIM**, ora agravados, foram acolhidos, para condenar a ora agravante ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, fixados em 0,5% (meio por cento) sobre o valor da causa, com arrimo no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73.

Por sua vez, às fls. 7.284-7.286, foram acolhidos os embargos de declaração opostos por **CALIL BASSIT NETO**, para condenar a ora agravante ao pagamento de verba honorária sucumbencial, também estabelecida em 0,5% (meio por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73.

Por seu turno, às fls. 7.350-7.353, foram acolhidos os declaratórios da ora agravante para assentar que a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais seria sobre o valor atualizado da causa.

Nas razões do agravo interno, afirma-se que o v. acórdão estadual não violou o art. 134, § 3º, da Lei n. 6.404/76, pois no precedente que se baseia a decisão agravada - REsp n. 257.573/DF - ficara assentado que "(...) *para se responsabilizar os administradores da sociedade, a prévia ou concomitante anulação da assembleia que aprovou as contas*. Reitera-se: a anulação pode ser realizada antes da propositura, ou, como bem consignou o Il. Ministro, de maneira *simultânea ao ajuizamento da ação de responsabilidade civil*" (fls. 7.239 - destaques no original).

Defende que não há previsão legal para exigir que seja proposta ação autônoma, ainda que concomitante com ação indenizatória, para anular a assembleia que aprovou as contas do administrador, pois "(...) *a lei em momento algum prevê duas ações autônomas, como consta na decisão agravada, afinal era perfeitamente possível a cumulação sucessiva destes dois pedidos em uma única medida judicial, como se verifica no caso em tela*" (fls. 7.242 - destaques no original).

Aduz que no tocante "(...) à temática dos honorários de sucumbência, a v. decisão integrativa de fls. 7.350/7.353 sanou omissão das vv. decisões ora agravadas de fls. 7.281/7.283 e 7.284/7.286 para esclarecer que a verba sucumbencial deve ser de 0,5% sobre o valor da causa atualizado. Como foram opostos dois embargos (um, de CEISON e HERCÍLIO, e o outro, de CALIL), a somatória perfaz 1% do valor da causa" (...), no entanto "(...) ainda que por equidade, inexistente estipulação legal ou razoável que determina a aplicação de percentual sobre o valor da causa" (fls. 7.358).

Ao final, pleiteia a reconsideração da decisão agravada ou, se mantida, que seja o presente agravo interno levado a julgamento perante a eg. Quarta Turma.

Foram apresentadas impugnações, pelo desprovimento do agravo interno.

É o relatório. Passo a decidir.

As razões trazidas no agravo interno sob exame são muito ponderáveis, demonstrando que a questão jurídica discutida no presente apelo nobre, quanto à interpretação do art. 134 e de outros dispositivos da Lei n. 6.404/76, deve ser submetida a julgamento perante o colegiado da Quarta Turma, a qual poderá realizar mais percuente análise da relevante *questio iuris*, após possibilitar aos litigantes a apresentação de sustentações orais.

Com efeito, o precedente no qual está fundamentado tanto o acórdão

estadual, quanto a decisão ora agravada foi proferido pela eg. Terceira Turma, na sessão de julgamento de e 08/05/2001, data distante, em julgamento, não unânime, do **REsp n. 257.573/DF**.

Registre-se, ainda, que a decisão ora atacada prestigia outros dois precedentes, que, embora mais recentes, também foram exarados pela eg. Terceira Turma, com inspiração naquele precedente.

Nesse cenário, considerando a relevância da matéria e a mencionada ausência de precedentes específicos da eg. Quarta Turma, infere-se que o presente feito não deve ser objeto de julgamento monocrático.

Nesse contexto, conclui-se que o presente agravo interno deve ser provido parcialmente, apenas para reconsiderar a decisão agravada, tornando-a sem efeito, para que se possa proceder novo julgamento de mérito dos dois recursos especiais perante o colegiado da eg. Quarta Turma.

Impende salientar, também, que contra a decisão ora agravada foram anteriormente opostos três embargos de declaração, os quais foram acolhidos às fls. 7.281-7.283, fls. 7.284-7.286 e fls. 7.350-7.353. Nesse panorama, deve-se reconhecer que estas decisões também ficam sem efeito, na medida em que integram o *decisum* singular ora reconsiderado.

Em seguida, os autos devem retornar conclusos a esta Relatoria para oportuna inclusão do processo em pauta de julgamento, ocasião em que as partes litigantes poderão, se entenderem conveniente, apresentar suas sustentações orais.

Ante o exposto, **dou parcial provimento ao agravo interno** para reconsiderar a decisão agravada e aquelas que a integram, tornando-as sem efeito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator